

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **PROVISÓRIO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item **2.14** da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

NOTA: Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) Obter o TIE/PRPM na CP/DL/AG observando o disposto no Capítulo 2 da NORMAM-202/DPC;
- 2) Informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para avaliação quanto a divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos. Ressalta-se que somente as obras sob e sobre águas em andamento, localizadas em áreas cartografadas pela DHN e com pelo menos uma de suas dimensões superiores a 20m, serão objeto de divulgação em Avisos-Rádio Náuticos e/ou Avisos aos Navegantes.
- 3) No caso de estrutura flutuante que necessite se movimentar para duas ou mais posições devido a peculiaridades local, seja por sua atividade ou por ações do regime das águas, as plantas e o memorial descritivo deverão contemplar todas as posições previstas. Neste caso, durante a operação, o responsável pelo flutuante deverá informar a CP/DL ou AG da localidade, para a publicação em aviso-rádio, com 72 horas de antecedência caso de estrutura flutuante que necessite se movimentar para duas ou mais posições devido a peculiaridades local, seja por sua atividade ou por ações do regime das águas, as plantas e o memorial descritivo deverão contemplar todas as posições previstas. Neste caso, durante a operação, o responsável pelo flutuante deverá informar a CP/DL ou AG da localidade, para a publicação em aviso-rádio, com 72 horas de antecedência; e
- 4) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

ESSE PARECER POSSUI VALIDADE DE 6 MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DESTA CAPITANIA.

Eu, _____, CPF/CNPJ: _____, Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: _____ CEP: _____ - _____ Tel (____) _____ - _____ e-mail: _____, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: **INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS FLUTUANTES NÃO DESTINADAS À NAVEGAÇÃO**

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item **2.14** da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

_____/_____/_____
(local) (dia) (mês) (ano)

(Assinatura do Requerente)

- OBS.** 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;
- 2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e
- 3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.

NORMAM-303/DPC